

arquivo



administração

PUBLICAÇÃO OFICIAL DA ASSOCIAÇÃO
DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS

V. 11, N. 2, jul./dez. 2011



as. 72488 Clas. PER
arquivo & Administração
.11 n.2
ul./dez.2011

O que é a AAB

A Associação dos Arquivistas Brasileiros - AAB, fundada em 20 de outubro de 1971 com a finalidade de dignificar socialmente a profissão, é uma sociedade civil de direito privado, sem fins lucrativos, considerada de utilidade pública no Estado do Rio de Janeiro, de acordo com o Decreto nº 1200, de 13 de abril de 1977. Promove o Congresso Brasileiro de Arquivologia e edita a Revista Arquivo & Administração desde 1972, além de promover o Encontro de Bases de Dados sobre Informações Arquivísticas, desde 2005.

É membro integrante do Conselho Nacional de Arquivos - CONARQ, do Conselho Internacional de Arquivos - CIA e da Associação Latino Americana de Arquivos - ALA.

Principais Objetivos


- Cooperar com organizações nacionais e internacionais, públicas e privadas, em tudo que se relacionar com arquivos;
- Promover, por todos os meios, a valorização, o aperfeiçoamento e a difusão do trabalho de arquivo, organizando ciclos de estudos, conferências, cursos, seminários, congressos e mesas redondas;
- Estabelecer e manter intercâmbio com associações congêneres;
- Prestar consultoria, assistência e serviços técnicos.

Serviços que a AAB oferece

- Consultoria;
- Assistência técnica;
- Indicação de profissionais e estagiários;
- Organização de congresso, seminários, cursos e palestras;
- Cursos in company específicos para atender às necessidades das empresas.

Quadro Associativo

Podem ser admitidos como sócios da AAB, sem qualquer discriminação, as pessoas que exercem atividades arquivísticas, as que se interessem pelos objetivos da Associação, além das empresas públicas e privadas.

 **Associação dos
Arquivistas
Brasileiros**

aab@aab.org.br
Av. Presidente Vargas, 1733 - sala 903
CEP: 20210-030 - Centro - Rio de Janeiro
Tel/Fax: 55 (21) 2507-2239 / 3852-2541

arquivo & administração

v. 11, n. 2

jul./dez. 2011

SUMÁRIO

EDITORIAL	3	Maria Celina Soares de Mello e Silva
ARTIGOS	5	Deixando o cofre e participando da festa: usando as mídias sociais para compartilhar as coleções arquivísticas Kate Theimer
	17	Documentos e arquivos de Arquitetura: valores, especificidades e desafios João Vieira
	29	Arquivística e documentos fotográficos: origens de uma relação Aline Lopes de Lacerda

Arq. & Adm.	Rio de Janeiro	v. 11	n. 2	p. 1-54	jul./dez. 2011
-------------	----------------	-------	------	---------	----------------

Copyright © 2004 by Associação dos Arquivistas Brasileiros

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra sem autorização expressa da Editora.

Coordenação: Lucia Maria Velloso de Oliveira

Editoração eletrônica: Luiz Eugenio Teixeira Leite

Catálogo na publicação (CIP)

Arquivo & Administração/Associação dos Arquivistas Brasileiros. Ano 1, n. 0 (1972)-

Rio de Janeiro: AAB, 1972-

v. : 23 cm.
Semestral

Publicação oficial da Associação dos Arquivistas Brasileiros.

ISSN 0100-2244

1. Arquivo - Periódico. 2. Gestão de documentos - Periódico. I. Associação dos Arquivistas Brasileiros.

CDD 025.171

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS
Membros da Diretoria e do Conselho Editorial

Diretoria

Presidente: Lucia Maria Velloso de Oliveira
Secretário: Isabel Cristina Borges de Oliveira
Tesoureiro: Maria Celina Soares de Mello e Silva

Conselho Editorial

Lucia Maria Velloso de Oliveira
José Maria Jardim
Maria Celina Soares de Mello e Silva
Paulo Roberto Elian dos Santos
Sérgio Conde Albite Silva

EDITORIAL

A AAB lança mais um volume da revista *Arquivo & Administração* visando dar acesso a novos textos significativos para a Arquivologia brasileira, mantendo a tradição e a regularidade de suas edições.

No segundo número de 2011, a revista apresenta três artigos que permitem a reflexão sobre temas instigantes para a área arquivística. Seguindo a linha editorial de traduzir textos que discutem questões relevantes no cenário internacional, o primeiro artigo é de Kate Theimer, originalmente preparado para apresentação no XVI Congresso Brasileiro de Arquivologia, realizado em Santos em 2010. O texto, traduzido por Lucia Maria Velloso de Oliveira, arquivista da Fundação Casa de Rui Barbosa, trata da importância das mídias sociais para o relacionamento dos arquivos com o seu público. A autora é especialista no tema e criadora do blog popular *ArchivesNext*. A tradutora optou por não traduzir alguns termos, explicando-os em nota de rodapé.

O segundo artigo é de João Vieira, do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana de Portugal, originalmente preparado para o "Seminário *Acervos de Arquitetura e Urbanismo: perspectivas e usos*", realizado em 2011 pela Casa de Oswaldo Cruz/Fundação Oswaldo Cruz. O autor disserta sobre os desafios da gestão dos documentos e arquivos de arquitetura, como um território de cruzamento de múltiplas e complexas atividades técnicas, artísticas, políticas e administrativas. O texto é apresentado em sua versão original, escrito em português de Portugal.

O terceiro artigo é fruto de capítulo da tese de doutorado de Aline Lopes de Lacerda, com o título *A fotografia nos arquivos: a produção de documentos fotográficos da Fundação Rockefeller durante o combate à febre amarela no Brasil*. A autora discute a fotografia como documento de arquivos, realizando um vasto levantamento nos grandes manuais de Arquivologia a partir do Século XIX.

A AAB espera, com esses artigos, contribuir para a implementação da bibliografia brasileira, com textos que trazem questões importantes para o debate.

Maria Celina Soares de Mello e Silva
Membro do Conselho Editorial da AAB

controláveis, e podem resultar em usuários com grande apreciação pelos arquivos e pela pesquisa. Nesse sentido, a transparência não é só uma responsabilidade profissional (como Rand Jimerson e outros defenderam), mas se constitui como mecanismo de defesa dos arquivos.¹⁵ Ao abriremos mais e mais os aspectos da prática arquivística para o público para o seu passatempo, educação e participação, os arquivos criam um público com grande compreensão e conexão emocional com a missão arquivística e com o trabalho de construção da cultura participativa.

Essas mudanças não vêm sem riscos, como Joy Palmer assinalou em seu artigo "Archives 2.0: If We Build It, Will They Come?"¹⁶ Palmer discute a possibilidade de usuários não aproveitarem as oportunidades oferecidas pela interatividade que os arquivos estão construindo com as ferramentas da web 2.0, e assinala as espinhosas questões relacionadas com a autoridade arquivística nesse meio. Se os arquivos devem se voltar para as mídias sociais por questões de promoção e interação com os patrocinadores, também pode ser um risco esquecer aqueles sem acesso à internet (principalmente aqueles com internet lenta).

As preocupações com a chamada "exclusão digital" devem ser levadas em conta, especialmente se o material arquivístico pertence a uma comunidade que tradicionalmente não utiliza a web para comunicação ou pesquisa. Outro desafio é que não há ainda um método de preservação dos produtos da mídia social; qualquer arquivo que queira preservar os produtos criados pela web 2.0 não conta um conjunto de ferramentas e de processos que assegurem a preservação. Existem, contudo, opções disponíveis de preservação da maioria dos conteúdos da web 2.0 (embora esses possam não ser ideais sob o ponto de vista arquivístico) e pesquisas nessa área estão em curso tanto por arquivistas quanto por aqueles que têm interesses comerciais na preservação da mídia social.

Mas apesar desses riscos, o crescimento da utilização da mídia social apóia e complementa a atual mudança na carreira do arquivista, que passa do foco na primazia do material e da prática para focar o usuário dos arquivos; e essa mudança traz apenas benefícios para nossa profissão. Pelo menos nos Estados Unidos, durante a maior parte do século XX, o arquivista dedicou grande tempo de sua atenção em definir e implementar normas, e estabelecer o controle intelectual e físico dos acervos. Só muito recentemente a comunidade de pesquisadores e os profissionais como um todo começaram a considerar seriamente quem são os usuários, quem estes poderiam ser, como querem utilizar o material e em que podem contribuir. Essa transformação no arquivo centrado no usuário, combinada com o uso das mídias sociais para a promoção dos arquivos, trabalham em conjunto para tornar a profissão mais aberta e amigável. Na medida em que os arquivistas ganham mais experiência e confiança na construção de ferramentas que são interativas, flexíveis e transparentes, acredito que não tardará para que o arquivo participativo finalmente desponte.

15 Randall J. Jimerson, *Archives Power: Memory Accountability, and Social Justice*. (Chicago: Society of American Archivists, 2009), 309-310.

16 Joy Palmer, "Archives 2.0: If We Build It, Will They Come?" *Ariadne* 60 (julho de 2009), <<http://www.ariadne.ac.uk/issue60/palmer>>. Acesso em: 8 ago. 2010.

DOCUMENTOS E ARQUIVOS DE ARQUITECTURA: VALORES, ESPECIFICIDADES E DESAFIOS¹⁷

João Vieira

Director do Departamento de Informação, Biblioteca e Arquivos
Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (Portugal)

RESUMO

Depois de elaborar sobre o objeto específico da prática e do conhecimento arquitetónico considerado nas suas dimensões física e imaterial, sobre a função da Arquitetura enquanto suporte e componente de civilização e cultura e fundamento de identidade social e individual, depois de apresentar a Arquitetura como um território onde entrecruzam diversos intervenientes e se desenvolvem múltiplas e complexas atividades técnicas, artísticas, políticas e administrativas, o autor debruça-se sobre os valores e as especificidades dos documentos e arquivos de Arquitetura e elenca o que considera serem os principais desafios que se colocam na atualidade à gestão deste tipo de recursos de informação e documentação.

Palavras-chave: *Arquitetura. Documentos de arquitectura. Arquivos de arquitectura. Gestão de arquivos. Política de informação.*

ABSTRACT

The author elaborates on the specific object of architectural theory and practice, both on its physical and immaterial dimensions. He then emphasizes the function of Architecture as support and component of civilization and culture, as well as basis of social and individual identification. In addition, he stresses the fact that the architectural field convenes a number of different social players interacting in the framework of multiple and intersecting activities. Finally the author focuses on the values and specificities of architectural records and archives and lists what he considers to be the main challenges architectural documentation and information management faces today.

Keywords: *Architecture. Architectural records. Architectural archives. Archival management. Information policy.*

17 Adaptação do texto com o título "O lugar do acervo de arquitectura nas políticas arquivísticas do Conselho Internacional de Arquivos", originalmente apresentado no Seminário "Acervos de arquitectura e urbanismo: perspectivas e usos", organizado pela Fiocruz (Fundação Oswaldo Cruz) e realizado no Rio de Janeiro, Hotel Novo Mundo, a 1 de setembro de 2011.

1. ARQUITECTURA

A Arquitectura é uma das criações do homem que maior impacto produz a várias escalas da vida em sociedade e em diversos dos seus planos.

O objecto específico da prática e do conhecimento arquitectónicos é complexo. Entendido na sua acepção mais ampla engloba não só os edifícios e estruturas construídas e seus componentes, como também os próprios aglomerados urbanos e as unidades paisagísticas que sucessivamente os integram e contextualizam.

Além de estruturalmente complexo, o objecto arquitectónico é, ainda, dinâmico. Tende a inscrever-se no plano da longa duração, cruzando várias gerações e, regra geral, sofrendo as transformações induzidas pelo próprio desenvolvimento económico e social, tecnológico, político, cultural e das mentalidades verificado nos contextos macro e micro em que se insere.

Para além da dimensão física, os objectos arquitectónicos são ainda susceptíveis de incorporar uma dimensão imaterial, que lhes é conferida pelo conjunto de relações significativas que, aos olhos dos seus observadores, esses objectos estabelecem entre si, com as comunidades e os indivíduos que os produzem ou utilizam e com as actividades que suportam.

Esses possíveis sentidos que a Arquitectura pode virtualmente produzir, ancorar e transmitir estão inextricavelmente associados aos valores que lhe são atribuídos pelas comunidades, organizações e indivíduos que com ela se confrontam:

- do valor funcional ao económico-financeiro,
- do valor artístico e cultural ao científico e tecnológico,
- do valor histórico e documental ao simbólico e identitário.

É hoje consensual a ideia de que o património arquitectónico, enquanto relevante componente do património cultural de uma região ou de uma comunidade, é um poderoso factor de identificação e de distinção sociais. Os edifícios e as cidades sobrevivem para além dos limites temporais de cada geração dos seus habitantes. Tornam-se, "(...) em boa medida, a expressão material mais persistente da cultura de uma comunidade" (ROSSA, 2000, p. 40-47). "O desenho da cidade e a sua arquitectura perduram no tempo e deixam marcas profundas - no território, mas também nos imaginários colectivos e nos hábitos - que podem sobreviver até à presença física dos objectos que estiveram na sua origem" (MARTINS, 2009, p. 23). Particularmente os edifícios públicos e monumentais existentes nas cidades históricas constituem *dispositivos de identificação* "(...) facilmente memorizáveis, capazes de conferir uma forma distintiva e reconhecível ao bairro ou à cidade no seu conjunto, marcas com as quais a comunidade se identifica e através das quais é identificada do exterior"¹⁸. Esse é um património "sucessivamente transmitido e herdado, adaptado e transformado que, ao longo dos tempos, vai sendo perpetuado à medida que é reinterpretado". Os edifícios e a cidade são, assim, "fonte e base de tradições, tirando partido da memória para a criação das identidades partilhadas"¹⁹. São focos de identificação colectiva e individual, afirmações de cultura.

18 Idem, *ibidem*, p. 29

19 Idem, *ibidem*, p. 23

Nessa perspectiva, poder-se-á afirmar que património arquitectónico é o complexo dinâmico da(s) estrutura(s) física(s) multi-escala e da(s) correspondente(s) teia(s) de significados que, num dado momento histórico, determinadas comunidades, organizações ou indivíduos são capazes de reconhecer e especialmente valorizar.

Diversos são os papéis sociais convocados pela Arquitectura: autor, proprietário, promotor, empreendedor/construtor, conservador, financiador, utilizador, legislador, gestor/administrador, investigador, crítico, divulgador, fruidor, professor, aluno... Assim como múltiplas e entrecruzadas são as actividades que lhes cabe desenvolver nesse âmbito:

- Legislação e regulamentação
- Concepção
- Intervenção/Obra:
 - Construção
 - Remodelação
 - Ampliação
 - Conservação
 - Restauro
 - Demolição
- Apetrechamento
- Avaliação, controlo e certificação
- Aquisição, cedência e alienação
- Contencioso
- Limpeza e higienização
- Segurança
- Estudo e investigação
- Registo e documentação
- Salvaguarda e protecção
- Divulgação e promoção
- Educação e formação
- Acesso e utilização
- Etc.

Com frequência essas actividades desenvolvem-se através de procedimentos de elevada complexidade administrativa, científica, técnica e tecnológica, onde só especialistas têm a capacidade e a legitimidade de intervir. Noutras ocasiões, porém, são grandes o interesse e a expectativa que suscitam junto das comunidades, sendo, por isso, sujeitas a permanente escrutínio público, a forte politização e a cerrada mediatização.

Por outro lado, enquanto objecto do conhecimento e da prática a Architectura constitui uma plataforma multidisciplinar sustentada por áreas do saber tão diversas quanto: a Matemática, as Ciências Exactas, as Ciências da Terra, a Arte, as Tecnologias, as Ciências Sociais, a Política, a Filosofia, a Linguística, a Semiologia, a História, etc.

As actividades directamente relacionadas com a concepção e a intervenção (obra), por exemplo, inscrevem-se em áreas do saber e do saber-fazer muito diversas:

- Architectura
- Architectura paisagista
- Topografia e Cartografia
- Geologia
- Engenharia civil
- Engenharia mecânica
- Engenharia electrotécnica
- Design e artes decorativas
- Artes plásticas
- Arqueologia
- História da Arte e Architectura
- Marcenaria e carpintaria
- Serralharia
- Fotografia
- Desenho técnico / Geometria Descritiva
- Informática
- Gestão
- Etc.

A Architectura é, em suma, e pelos motivos acima aduzidos, um território por excelência de comunicação, de troca de ideias, valores, sentidos e emoções. Mas é também, por essa mesma razão, há que dizê-lo, um campo de tensões, onde se cruzam e não raras vezes se confrontam diversos interesses e expectativas: desde os que separam esferas distintas da autoridade pública, até aos que opõem o interesse público às múltiplas e, quase sempre, entre si antagónicas conveniências privadas.

Mercê da importância que a Architectura assume enquanto suporte e componente de civilização e cultura e enquanto fundamento de identidade social e individual, reconhecer, representar e documentar esse património e tornar os registos daí resultantes disponíveis para acesso público são consensualmente considerados contributos essenciais para a compreensão, a valorização e a apropriação desse legado complexo e multidimensional por comunidades e indivíduos, bem como para facilitar a sua gestão e apoiar a sua salvaguarda.

Se é certo que a Architectura e o Património Architectónico (os edifícios, as cidades) são, com frequência, considerados como o primeiro suporte ou veículo de informação sobre si próprios (dito de outra forma, o seu primeiro documento), não é menos correcto que a documentação architectónica seja tida como a meta-informação da Architectura e do Património Architectónico. E, no contexto desse dispositivo de meta-informação, os arquivos de architectura desempenham um papel fulcral, dada não só a profundidade da informação neles conservada como também o carácter autêntico desses registos e, conseqüentemente, a sua incomparável força probatória e testemunhal.

2. DOCUMENTOS E ARQUIVOS DE ARCHITECTURA

É frequente, hoje em dia, dizer-se que a sociedade contemporânea se baseia no primado do conhecimento. Com efeito, o controlo e o acesso eficazes à informação e documentação disponíveis, às fontes do saber, são cada vez mais considerados como factores de distinção e de competitividade para governos e administrações públicas, agentes socioeconómicos, comunidades e cidadãos.

A formulação, por parte de uma determinada organização ou agente socioeconómico, de uma política de informação consistente – ou seja, de uma política que vise a gestão eficaz e eficiente de recursos de informação – implica, necessariamente, a prévia definição da missão ou do papel a desempenhar pelos recursos documentais, especialmente os arquivos, no sistema organizacional.

No campo da Architectura, a relação dos architectos com os seus próprios registos escritos, desenhados ou fotográficos nem sempre tem sido pacífica. Entre a comunidade não é rara a convicção de que a “Architectura não é feita para o papel” e de que o valor e interesse dos registos architectónicos são amplamente ultrapassados pela obra construída ela própria, em última análise o mais completo registo de si mesma. Ainda assim, entre aqueles profissionais parece consensual a ideia de que os registos architectónicos são veículos de comunicação essenciais quando se trata de conceber, apresentar e mesmo vender uma ideia ou proposta a um cliente, de transmitir instruções

a um construtor, de ilustrar e divulgar uma obra junto de uma determinada audiência. A essa *função instrumental* atribuída aos documentos de arquitectura pelos seus produtores vem juntar-se, por vezes, ainda que mais raramente, a consciência da sua *função dispositiva*, na medida em que esses registos sejam percebidos como um pré-requisito para a existência do próprio objecto arquitectónico, tão importante quanto o sítio, a vontade do dono de obra ou a capacidade do construtor (AGAREZ). Por fim, hoje em dia, a par dos referidos papéis instrumental e dispositivo, a *função probatória* dos documentos arquitectónicos tornou-se especialmente evidente para o arquitecto à medida que este se envolve no ambiente cada vez mais exigente e nos processos progressivamente mais complexos da indústria da construção.

Por outro lado, do ponto de vista da produção historiográfica, à medida que a História da Arquitectura vem passando a incluir no seu território de estudo, para além das obras arquitectónicas (e destas já não só as peças de excepção), também os processos arquitectónicos (os contextos: políticos, ideológicos, sociais, culturais, tecnológicos, económicos; as actividades: a contratação, a recepção da obra, a gestão e utilização dos edifícios ao longo do tempo) e os seus protagonistas, mais abrangente, diversificado e complexo se vem tornando o universo dos "documentos de arquitectura" susceptíveis de serem convocados, assim como mais sofisticadas se vêm transformando as necessidades de pesquisa e recuperação de documentos e informação.

Por fim, o interesse que os documentos de arquitectura suscitam junto dos cidadãos e das comunidades, o qual decorre do valor identitário que a arquitectura ancora para essas populações, é cada vez mais evidente.

Ora, sem dúvida, a Arquitectura é um sector de actividade onde se produz, processa, transmite e consome informação e documentação em grande quantidade e com forte conteúdo técnico-científico, artístico e tecnológico, por diversos tipos de entidades com objectivos muito distintos. Mas o que são exactamente documentos de arquitectura?

Tradicionalmente, por documentos de Arquitectura as pessoas estão habituadas a pensar essencialmente em desenhos técnicos (plantas, alçados, cortes, perfis, perspectivas, pormenores, etc.) e fotografias e, por vezes, também nas memórias descritivas e maquetas/modelos tridimensionais. É certo que, com o advento das aplicações especializadas em desenho assistido por computador, incluindo as de modelação em 3D, bem como das aplicações de gestão e representação de dados espaciais (SIG), a complexidade tecnológica desse tipo de registos aumentou exponencialmente, assim como as potencialidades da sua utilização e exploração. Não obstante, em qualquer dos casos estamos perante uma concepção redutora do universo dos documentos de Arquitectura, assim circunscrito ao conjunto dos registos de suporte ou resultantes das actividades de concepção (projectual) e de intervenção (obra) nos edifícios, estruturas construídas e conjuntos urbanos.

Se quisermos arriscar uma definição mais abrangente, simples e operativa de documentos de arquitectura, diríamos que são os registos que, independentemente da sua forma e suporte material, suportam e ou documentam quer os objectos arquitectónicos, quer as actividades que sobre eles incidem, quer ainda os respectivos agentes.

Sabemos, da teoria e da prática da Arquivística "generalistas", que na estrutura, forma e funcionamento de um ARQUIVO (sistema constituído pelo conjunto dos documentos + o conjunto das relações entre esses documentos + o conjunto dos dispositivos e instrumentos técnicos que os suportam) interfere uma grande variedade de factores condicionantes intrínsecos e extrínsecos à entidade produtora desse mesmo arquivo. Dentre eles destacam-se os seguintes:

- a) Os factores de natureza organizacional: missão, competências, actividades; divisão do trabalho; relações formais de autoridade e responsabilidade; métodos de trabalho e normas de procedimento; implantação/distribuição geo-espacial das unidades orgânicas; cultura organizacional;
- b) As características intrínsecas e extrínsecas dos documentos e do conjunto documental: dimensão; qualidade/valor; frequência de utilização; tecnologias de registo; estado de preservação e conservação;
- c) Os recursos aplicados na gestão dos documentos: recursos humanos, financeiros, tecnológicos, infra-estruturais e materiais;
- d) As determinações legais de âmbito geral ou específico sobre produção, tramitação, conservação e comunicação de documentos;
- e) As necessidades de informação dos seus utilizadores reais e potenciais.

Esses factores determinam e condicionam fortemente a *organização* dos arquivos e a forma como são cumpridas as suas duas funções essenciais, a saber: a *conservação* e a *comunicação*, numa dimensão temporal mais ou menos extensa, de documentos autênticos e dotados de eficácia documental.

A gestão dos documentos e dos arquivos de Arquitectura, sabemo-lo, é normalmente condicionada por algumas especificidades intrínsecas e extrínsecas aos próprios, dentre as quais destacam-se as seguintes:

- Os registos técnicos e artísticos, independentemente da geração tecnológica a que nos estejamos a reportar, têm normalmente uma estrutura documental de assinalável complexidade, para além de poderem recorrer a diversos códigos de linguagem e tipos de representação e ainda a múltiplos suportes e a processos tecnológicos e a matérias de registo e reprodução de características muito específicas e em constante evolução;
- Sobretudo no caso dos desenhos técnicos e das fotografias do século XX, os documentos caracterizam-se, na sua dimensão material, por uma grande fragilidade físico-química, de que ressalta, pela sua gravidade, a enorme instabilidade química quer de suportes, quer de emulsões e de matérias de registo (como são os casos, nos desenhos produzidos por processos foto-reprodutivos, dos sais de ferro e de diazónio);

- As necessidades de informação apresentadas pelos utilizadores podem abarcar extensos períodos temporais;
- As perspectivas de análise sobre os mesmos objectos e acções podem ser múltiplas e inconciliáveis, em função de diversos pontos de vista e necessidades funcionais. Exemplos:

▪ **Tipo de objecto da acção:**

- Edifício
- entidade/pessoa

- bem móvel
- circunscrição geográfica

- actividade
- (...)

▪ **Tipo de objecto da acção:**

- Atributos desses mesmos objectos, (como sejam, por exemplo, no caso de um edifício):

- tipo funcional de arquitectura
- arquitectura judicial
- arquitectura religiosa

- arquitectura residencial
- (...)

▪ **tipo estilístico**

- arquitectura gótica
- arquitectura barroca
- arquitectura neo-gótica
- (...)

▪ **localização geográfica**

- (...)

▪ **Tipo de actividade**

- Concepção/projecto
- Obra
- Inventariação
- Edição
- Exposição
- Conferência
- Curso

▪ **Estrutura da actividade**

- Acto
- Acção
- Projecto
- Programa

▪ **Fase do ciclo da gestão**

- Levantamento
- Estudo
- Planeamento
- Execução
- Controlo

▪ **Objectivo funcional**

- Divulgação
- Protecção
- Conservação
- Remodelação
- Cooperação
- Valorização

- O grau de profundidade e sofisticação da informação necessária, bem como de relevância e de pertinência da sua recuperação, é tendencialmente muito elevado;
- Existem fortes condicionantes à comunicação a terceiros de parte substancial desses documentos e dessa informação, obstáculos impostos pela necessidade imperiosa de proteger direitos de propriedade intelectual, de privacidade e de garantir a segurança dos bens e dos seus proprietários e ou utentes;
- Esses mesmos registos, para além do valor informativo e probatório que naturalmente encerram, podem ainda ser relevantes do ponto de vista artístico – como peças de arte ou artefactos – e, qualquer um desses tipos de valor, pode assumir uma expressão financeira não despreciable.

Os documentos de Arquitectura podem ainda conhecer diversos contextos de gestão, com disparidades de estratégias e metodologias de tratamento documental. Com efeito, esse tipo de documentos, apesar da sua especificidade, encontra-se disseminada por todo o tipo de fundos e séries arquivísticas, independentemente da sua natureza funcional e do âmbito de actuação das respectivas entidades produtoras (agentes arquitectónicos, tribunais, agentes políticos e legislativos, agentes educativas, etc.) ou do tipo ou da jurisdição das respectivas entidades detentoras (arquivos nacionais, estaduais, regionais, municipais, sectoriais, empresariais, pessoais, etc.). Acresce que os documentos de Arquitectura são frequentemente adquiridos/coleccionados por outro tipo de organizações culturais não arquivísticas, tais como bibliotecas e museus de arte e arquitectura.

3. DESAFIOS

Hoje em dia, vários desafios se colocam aos arquivistas de arquitectura, alguns deles comuns aos que são colocados à comunidade dos arquivistas em geral:

- Dotar os arquivos e colecções de Arquitectura de meios de controlo e gestão que garantam a geração de *out-puts* consistentes, diversificados e adaptados às diferentes necessidades de informação acima diagnosticadas, designadamente as relacionadas com processos de produção de identidades sociais, objectivo que, entre outros, passa:
 - Pelo desenvolvimento de políticas de descrição que promovam relações cooperativas entre Bases de dados de Arquitectura e Bases de Dados de Gestão Documental;
 - Pela criação de ferramentas de disseminação de base digital em larga escala, designadamente de sites de internet, e de cooperação com redes sociais, que garantam o acesso de diversos públicos (os profissionais e especializados, como o público em geral) aos conteúdos informativos e documentais associados à Arquitectura;

- Pelo desenvolvimento de vocabulários controlados e outras bases de dados de apoio (legislação, etc.)

Garantir a preservação de documentos de arquitectura autênticos a título permanente:

Preservação tradicional

- Criar políticas e meios (instalações e materiais de acondicionamento) que promovam a conservação preventiva das espécies:

- Preponderância dos requisitos de conservação na determinação das políticas de acondicionamento e instalação física das espécies, baseando a salvaguarda da ordem arquivística nos IDD;
- condições ambientais (°C e HR) nos depósitos adequadas a cada espécie;
- materiais de acondicionamento e instalação adequados a cada espécie;

Preservação digital

- Garantir no longo prazo a preservação digital de documentos de arquitectura autênticos produzidos, processados, transmitidos e utilizados em meio electrónico, independentemente da descontinuidade do hardware e do software.
- Promover a cooperação e o *networking* dentro e fora das comunidades dos profissionais e das instituições relacionados com a gestão de documentos de arquitectura, especialmente com as comunidades de utilizadores (por exemplo os historiadores de Arte e Arquitectura);
- Consolidar conhecimentos, normas e boas práticas que promovam o justo equilíbrio entre, por um lado, a necessidade primordial de proteger os direitos de autor e conexos, os direitos de imagem e de personalidade, etc. e de garantir a segurança de edifícios, recheios e utentes, e, por outro, a missão de fomentar a disseminação de conteúdos arquitectónicos junto de diversos públicos, designadamente através da adopção de Licenças Públicas (ex. Creative Commons Public Licences).

REFERÊNCIAS

AGAREZ, Ricardo. The Gleaners and I. Architecture in Archives". In: COMMA – *International Journal on Archives*, Paris: International Council on Archives. no prelo.

MARTINS, João Paulo. Uma cidade deve ser como uma casa grande para ser uma verdadeira cidade. In: *Arquitectura de serviços públicos em Portugal: os internatos na justiça de menores (1871-1978)*. Lisboa: Direcção-Geral de Reinserção Social. Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, 2009.

ROSSA, Walter, "História do Urbanismo e Identidade. A Arte Inconsciente da Comunidade", *História*, III série, Ano XXII, n.º 27, Jul. 2000, p. 40-47 (p. 42).

ARQUIVÍSTICA E DOCUMENTOS FOTOGRÁFICOS: ORIGENS DE UMA RELAÇÃO

Aline Lopes de Lacerda
Departamento de Ciência da Informação
Universidade Federal Fluminense

RESUMO

Este artigo busca discutir a fotografia e sua inserção no mundo dos arquivos e da Arquivística. Partindo da exploração do que se poderia chamar de um pensamento arquivístico sobre a fotografia como documento de arquivo, sublinha-se, na literatura teórico-metodológica clássica da área, os escritos que representaram e ainda representam as ideias e práticas que caracterizaram o tratamento aplicado a esse tipo de material. A partir da seleção dos principais manuais de arquivologia que serviram como pavimentos da disciplina, a partir de fins do século XIX, são discutidos o estatuto e o lugar conferidos às imagens fotográficas no ambiente dos arquivos, desde os primórdios da relação da disciplina com o documento fotográfico. Paralelamente à constatação da ausência de menção a esses documentos nos primeiros manuais arquivísticos, é examinado, com base na literatura sobre a história e a teoria da fotografia, de que forma esse tipo de registro visual surge, é produzido e consumido, e tem sua trajetória marcada também no universo das instituições do século XIX, onde é usado já como registro documental de suas atividades. A entrada da fotografia no rol de questões arquivísticas acontece já no século XX, devido a seu acúmulo nas instituições governamentais recolhedoras de documentos.

Palavras-chave: Fotografia. Arquivos fotográficos. Documento fotográfico. Arquivística.

ABSTRACT

The purpose of this paper is to discuss photography and its insertion in the world of archives and Archival Science. Starting from an exploration of what could be identified as an archival thinking on photography as archival document, highlights the specific writings on the classical theoretical-methodological literature, which represented then, and still do, the practices and ideas that characterized the importance given to this type of material. Based on the selection of the main archival manuals used to pave this discipline's way since the late 19th century, both the status and the place granted to photographic images in the atmosphere of Archives, since the origins of this discipline relationship with the photographic document, are discussed. In parallel with the discovery that the first archival manuals make no mention of such documents, an